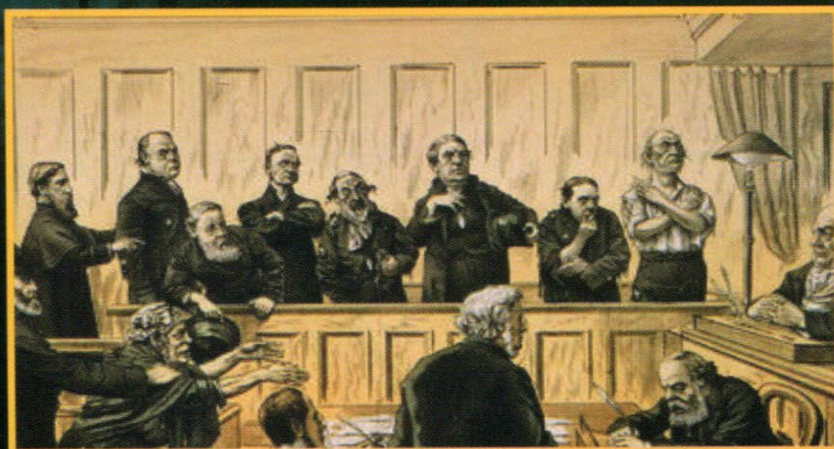


Fernando Machado

# INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

Reflexos do Novo CPC para a  
Resolução Consensual dos Conflitos



**JURUÁ**  
EDITORA



# Resumo de Indisponibilidade do Interesse Público. Reflexos do Novo CPC Para a Resolução Consensual dos Conflitos

O fio condutor do presente livro foi a incidência do Novo CPC sobre o princípio da indisponibilidade do interesse público, que de acordo com a teoria clássica, não permite a transação em matéria de Direito Público.

Todavia, diante da valorização dos meios consensuais de resolução de demandas previstos no Novo CPC (conciliação, mediação e arbitragem), faz-se necessária a reflexão acerca da possibilidade de relativização da indisponibilidade do interesse público.

Assim, buscou-se, no decorrer da obra, a revisitação dos conceitos fundamentais inerentes à matéria, como os princípios da legalidade, a titularidade do bem público, com atenção à aplicabilidade dos métodos alternativos de solução dos conflitos, demonstrando que tanto a Constituição Federal quanto o novo sistema processual, permitem a reformulação de alguns institutos até então intocáveis do Direito Administrativo.

Através de dados estatísticos, verifica-se que a Administração Pública é ineficiente enquanto litigante, uma vez que as milhares de demandas com participação do Estado causam prejuízo em duplo aspecto, diretamente por figurar o ente público na demanda, e indiretamente por ser o próprio Estado o mantenedor da estrutura da máquina judiciária.

Por fim, o objetivo principal da presente obra é oferecer uma nova visão acerca da necessidade de compatibilização dos princípios processuais com o regime jurídico administrativo.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)